

Ponto 2.

Acção Reivindicativa

Resolução

**NÃO AOS ROUBOS, À EXPLORAÇÃO,
E AO RETROCESSO SOCIAL**

**Reforçar a unidade,
organizar a resistência**

A Greve Geral de 24 de Novembro constituiu um poderoso grito de protesto dos trabalhadores portugueses contra as políticas de austeridade e de ataque aos direitos que o Governo PSD/CDS-PP tem vindo a levar a cabo, elevando um patamar de luta que se vai manter e tornar mais forte, porque mais forte e violenta é a ofensiva do Governo e do capital.

As medidas de austeridade previstas no memorando assinado coma troika e agravadas no Orçamento do Estado para 2012 arrastam o país para a recessão e para o caos, aumentam a pobreza e as injustiças e mantêm acintosamente a imoralidade dos privilégios dos grandes grupos financeiros e do patronato, num panorama em que as sucessivas declarações de Passos Coelho e dos seus correligionários apontam para o agravamento dos roubos e do ataque aos direitos.

A luta é por isso cada vez mais geral e necessária, pelo que ao STAL apresenta-se desde já a responsabilidade de organizar nos próximos meses a resistência dos trabalhadores no plano da acção reivindicativa sectorial, promovendo a sua participação num âmbito mais vasto, particularmente da Administração Pública, da luta geral dos trabalhadores ou mesmo no âmbito internacional.

Contra o aprofundamento do neoliberalismo

Foram as políticas neoliberais levadas a cabo ao longo das últimas décadas pelos sucessivos governos que despoletaram mais esta violenta crise do capitalismo que hoje vivemos e provocaram a actual conjuntura política, social e económica de extrema gravidade para o país em geral e para os trabalhadores, conjuntura que se agrava com as receitas que são implementadas pela via do Pacto de

Agressão e Submissão e que nos conduz vertiginosamente para o abismo, para a recessão, para o aumento do desemprego, das injustiças e da pobreza.

Neste quadro, o Governo PSD/CDS-PP procura transformar mais uma vez a Administração Pública no bode expiatório para esconder as causas efectivas da crise e aproveita para desferir golpes violentos contra os seus trabalhadores, contra os serviços públicos e contra o Poder Local Democrático.

O roubo do subsídio de Natal neste ano e os anunciados roubos dos subsídios de férias e Natal para 2012 constituem apenas uma das vertentes desta ofensiva violenta de Passos Coelho e Paulo Portas, ofensiva que não se quedará por aqui se a resposta dos trabalhadores não passar pela intensificação da luta a todos os níveis.

Mas a crise é também aproveitada pela direita e pelo capital para um autêntico processo de destruição das conquistas sociais e avanços civilizacionais alcançados com a Revolução de Abril de 1974, pondo em causa a própria democracia, de que é exemplo paradigmático o anunciado «Documento Verde para a reforma da Administração Local», autêntico documento negro que propõe a destruição do Poder Local democrático e dos seus serviços públicos.

Ao mesmo tempo são preparados novos processos privatizadores através dos quais o Governo pretende entregar nas mãos dos grandes grupos económicos importantes sectores de prestação de serviços públicos essenciais, particularmente na Administração Local incidindo sobre a água, o saneamento e os resíduos sólidos.

Esta é naturalmente uma receita que procura o aprofundamento do neoliberalismo e que a União Europeia, em conjunto com o FMI e encabeçada por Merkel e Sarkozy, procuram impor a um governo cada vez mais subserviente aos seus ditames.

Defender salários, vínculos, horários de trabalho e carreiras

As políticas neoliberais aprofundadas pela *troika* e pelos seus colaboradores Passos e Portas que conduzem o país ao maior retrocesso social verificado desde a revolução de Abril, exigem desde já como principais áreas de acção reivindicativa para os trabalhadores:

1. No plano da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e da CGTP-IN:

- ✓ A luta contra os roubos nos subsídios de férias e de Natal para 2012, o aumento dos horários de trabalho e a retirada de feriados;
- ✓ A reposição dos cortes nos salários e nas pensões e o repúdio ao anunciado reajustamento para baixo da Tabela Salarial Única;
- ✓ A rejeição da redução de trabalhadores na esfera de toda a Administração Pública e particularmente na Administração Local;
- ✓ O combate às privatizações;
- ✓ A luta pelos direitos;
- ✓ A defesa da Negociação salarial anual na Administração Pública e nas empresas municipais e privadas, associações de bombeiros ou outras, onde se procurará anualmente propostas de actualização salarial e fazer vincar o direito de negociação;

2. No plano sectorial

- ✓ A defesa do Poder Local Democrático e dos serviços públicos locais, o que passa desde já pelo combate a todos os níveis às medidas que vierem a ser implementadas no âmbito do “*Documento verde da reforma da administração local*”, nomeadamente aos processos que levem à extinção de autarquias, à destruição dos serviços públicos de proximidade que estas prestam e ao despedimento de trabalhadores;

Particularmente importa desde já acautelar:

- Os direitos e a segurança de emprego dos trabalhadores das juntas de freguesia;
 - O combate à privatização de serviços públicos locais fruto da eventual extinção de empresas municipais, exigindo o seu retorno ao município;
 - Os direitos dos trabalhadores do Sector Empresarial Local cujas empresas possam vir a ser extintas, sejam os que detêm vínculo à autarquias sejam os que foram entretanto admitidos em regime de contrato individual de trabalho, exigindo a sua integração nos mapas de pessoal das respectivas autarquias
- ✓ O combate à redução de 2% de trabalhadores ao ano na Administração Local;
 - ✓ O combate à introdução da adaptabilidade dos horários de trabalho no sector e a luta pelo direito à contratação colectiva;
 - ✓ O combate à redução cega de quadros dirigentes, respectivos serviços e postos de trabalho daí decorrentes;
 - ✓ A luta pela valorização e pelos direitos dos bombeiros profissionais e dos trabalhadores ao serviço das associações humanitárias de bombeiros voluntários;
 - ✓ A luta pela contratação colectiva no Sector Empresarial Local e nas empresas privadas concessionárias de serviços públicos locais
 - ✓ A luta contra a privatização da água, do saneamento e dos resíduos sólidos, assumindo-se desde já como prioritária na nossa acção a campanha «Água é de todos» e a recolha de assinaturas para a Iniciativa Legislativa de Cidadãos que foi já lançada.
 - ✓ A intervenção nos locais de trabalho e em torno de sectores ou grupos específicos, seja pugnando por melhores condições de segurança, higiene e saúde, seja na negociação directa com as autarquias ou na contratação colectiva aos diversos níveis, seja exigindo o respeito pelos direitos.

Elevar o patamar da luta

Neste quadro de fortes constrangimentos e preocupações para os trabalhadores da Administração Local e Regional, dos bombeiros, das empresas municipais e privadas e das diversas entidades que intervêm no sector, é fundamental a organização da luta que vamos forçosamente ter de continuar a travar.

A manter-se o panorama social, económico e político do país, particularmente tendo em conta o Orçamento do Estado para 2012, as medidas constantes no memorando da troika, o *Documento verde para a Reforma da Administração Local* e o aprofundamento das políticas de austeridade, que de resto as próprias declarações do primeiro-ministro vêm indiciando, o Conselho Geral considera que é

fundamental intensificar e elevar o patamar da luta dos trabalhadores a todos os níveis, pelo que propõe desde já para reflexão pelos órgãos do sindicato, pela sua estrutura sindical e pelos trabalhadores, as seguintes linhas de intervenção:

1. A participação activa nas acções de luta que vierem a ser definidas pela CGTP-IN, incluído o recurso a nova Greve Geral se necessário.
2. A intensificação do combate no plano da Frente Comum, considerando-se desde já que face aos ataques e aos roubos anunciados para 2012 estão criadas condições para um forte protesto dos trabalhadores da Administração Pública no primeiro trimestre do ano, o que poderá passar por uma grande jornada de luta nacional do sector.
3. A realização de um mês de luta dos trabalhadores da Administração Local, em Fevereiro, com plenários e concentrações locais e/ou regionais, aprovação de moções ou outras formas de luta que no plano regional forem consideradas mais adequadas, podendo ser complementadas com a realização de vigílias nacionais.
4. Reforço da Organização e Participação Sindical com especial enfoque nos locais de trabalho, na contratação colectiva, na defesa dos direitos e das condições de trabalho promovendo a eleição e o apoio aos representantes dos trabalhadores para a SST e na avaliação profissional (classificação de serviço), reforçando a intervenção das comissões paritárias.
5. A intensificação do combate contra a privatização da água em torno da campanha «Água é de todos», procurando-se planear acções locais que articulem com as realidades de cada concelho.
6. A manutenção do combate em defesa do Poder Local Democrático, contra a redução de autarquias e de trabalhadores, prevendo-se desde já a realização de um encontro durante o primeiro semestre do ano de 2012, bem como a promoção de iniciativas de âmbito regional e local e o apoio a todas as iniciativas em defesa do Poder Local incluindo o “Movimento Freguesias Sim”.
7. A realização de um Encontro Nacional de trabalhadores das Juntas de Freguesia.
8. A realização de um Encontro Nacional de trabalhadores do Sector Empresarial Local, procurando particularmente debater a aplicação dos objectivos anunciados no documento Verde e preparar a intervenção sindical, bem como debater a contratação colectiva

O Conselho Geral do STAL saúda particularmente os trabalhadores das freguesias, autarcas e populações em luta contra o já anunciado processo de fusão que levará ao enceramento de mais de um milhar de Juntas de Freguesia e coloca em causa a estabilidade de emprego dos seus trabalhadores.

Lisboa, 16 de Dezembro de 2011

O Conselho Geral